



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020

ATA Nº. 07/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

**2 - PROPOSTA Nº. 114/20 - GCAJ - APROVAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE GESTÃO
PARA A OBRA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM DESNIVELAMENTO NA EN 6
(AV. MARGINAL) JUNTO À PRAIA DE SANTO AMARO, A CELEBRAR COM A
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**

**3 - PROPOSTA Nº. 117/20 - SIMAS - CP 19063/2019 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE
REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS, NAS
PRACETAS DE DAMÃO E GOA, FREGUESIA DA VENTEIRA, CONCELHO DA
AMADORA - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO**

**4 - PROPOSTA Nº 119/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO
LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DESTINADOS À SUBSTITUIÇÃO DE 72000 CONTADORES DN15, COM
FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO**

**5 - PROPOSTA Nº. 120/20 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO
PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA UTILIZAÇÃO DE
LICENÇAS "MICROSOFT"**

6 - PROPOSTA Nº. 121/20 - SIMAS - ABATE/ALIENAÇÃO DE BENS EM HASTA PÚBLICA

7 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



---ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020---

-----ATA NÚMERO SETE/DOIS MIL E VINTE-----

----- Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

----- Faltou o e os Senhor Vereador Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, tendo a Câmara considerado justificadas as respetivas faltas.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezoito horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia. -----

**2 - PROPOSTA Nº. 114/20 - GCAJ - APROVAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE GESTÃO
PARA A OBRA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM DESNIVELAMENTO NA EN 6
(AV. MARGINAL) JUNTO À PRAIA DE SANTO AMARO, A CELEBRAR COM A
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.:** -----

----- I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Esta proposta merece uma breve explicação, porque na realidade a Câmara de

Oeiras pretenderia a desclassificação de toda a Estrada Marginal e foi isso que nós pedimos. -----

-----No âmbito daquilo que é a chamada transferência de competências ou descentralização, já tivemos uma reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas, que disse que passados quinze dias/um mês dava uma resposta e já lá vai quase um ano e não respondeu, porque pelos vistos a situação não está clarificada, mas nós aprovámos na última reunião a transferência da mutação dominial de algumas estradas, designadamente a duzentos e cinquenta, que é o maior troço cinco/seis quilómetros, mas em relação à Marginal, dizem-nos que da parte da Infraestruturas de Portugal aguardam as orientações do Governo. -----

-----Entretanto, nós temos quatro obras que temos que fazer, uma delas é o desnivelamento e estão previstas rotundas, uma junto ao Forte de São Julião da Barra, para escoar todo o tráfego que vem da Medrosa/Fundição de Oeiras e agora com a Faculdade da Economia, a Nova, mais se justifica fazer essa rotunda ali, temos prevista uma outra na Curva dos Pinheiros, outra na Curva do Mónaco e outra no Alto da Boa Viagem. -----

-----A da Curva do Mónaco a Infraestruturas de Portugal já se pronunciou e disse que é impossível, mas é possível, eles acham que dá muitos problemas, mas tecnicamente era possível, tinha-se que fazer um balançado da rotunda sobre o caminho-de-ferro. -----

-----Com essa rotunda pretendia-se que quem sai de Caxias possa seguir diretamente para Lisboa e não ter que vir a Paço de Arcos para virar, mas fazendo a da Giribita facilita um pouco. -----

-----Já temos o parecer, verbalmente, favorável dessas duas rotundas, falta a informação escrita. -----

-----Em relação a este troço estamos a falar duma extensão de mil e cem metros e com isto permite-nos avançar com o projeto de conceção/construção desta obra, naturalmente, estando sujeito a apreciação dos projetos por parte da Infraestruturas de Portugal. -----

-----Só podemos avançar com esta obra no momento em que esteja pronta, porque o projeto da via Sul da via-férrea, que sai do Parque Oceano e vai até à Escola Náutica, está quase



Câmara Municipal
de Oeiras

concluído o projeto deve ficar pronto em breve e o propósito é avançar com essa obra rapidamente para que, quando estiver em condições arrancar o desnívelamento e haja possibilidades de desviar o trânsito por essa via".-----

----- O Senhor Vereador Joaquim Raposo salientou o seguinte: -----

----- "Tive a oportunidade de ver o pré estudo, ou como queiram chamar, em relação a esse rebaixamento da via. -----

----- Tive a oportunidade de ver qual foi a intervenção do Instituto Rodoviário e Ferroviário em relação ao desenvolvimento da obra, em relação a alguns alertas que eles colocam, não só em relação ao túnel, mas também em relação àquilo que chamam alternativa do viaduto. -----

----- Ao fim e ao cabo eles limpam as mãos como Pilatos, dizem não é nada connosco, a responsabilidade é vossa e o pagamento da despesa é vosso. -----

~ ----- Eu quero dizer que não poderei ser contra, porque apresentei uma proposta, não idêntica, muito menos extensa, porque não é nada parecido, esta representa cerca de mil e duzentos metros, a minha tinha cerca de quatrocentos/quinhentos metros no máximo, porque começa fino e depois alarga, como querem fazer na final, a intervenção começa antes da Ribeira, e por isso é preciso ter algum cuidado ao mexer na ribeira. -----

----- Eu tinha uma projeção em que a ribeira ia ser mudada, nesta não se percebe bem se a ribeira vai ser mudada ou não, mas entrava no mar a noventa graus. Não vejo nesta solução, mas logo se vê. -----

----- Depois o problema da obra em si e o desvio do trânsito que é necessário fazer, é preciso criar vias alternativas, porque é impossível fechar totalmente o trânsito no sentido de Cascais ou vice-versa. Não é fácil, é preciso haver uma solução, nada é impossível fazer, há soluções mais complexas, outras menos, umas com uma situação mais definitiva, outras menos. -----

----- Não percebi se se vai tirar dali a bomba da gasolina, na solução que apresentei a

bomba de gasolina desaparecia, como é evidente, porque se quer ter uma penetração e no âmbito do jardim continuar para a praia não faz sentido continuar a bomba de gasolina, até mesmo do ponto de vista da operação a bomba de combustível obriga-nos a ter ali uma via em funcionamento que nessa altura não havia necessidade. -----

----- Vamos ter outros problemas, vamos ter que ver como é em relação a um conjunto de pessoas que fizeram um investimento, no âmbito de construções próximas da ribeira e haverá problemas, porque, de facto, a extensão é enorme. Eu na solução que tinha apresentado, a extensão era muito mais pequena, nós tínhamos em frente onde está o Mc Donald's era uma penetração, mas não era aquela largura que se quer fazer de penetração e o que obriga a que a extensão do túnel seja muito mais cumprido e muito mais profundo, o que poderá causar problemas, ou não, com as questões freáticas. -----

----- Como é óbvio, por coerência, não posso votar contra, porque defendi uma solução idêntica. -----

----- Quero ver depois o desenvolvimento do projeto, como é que vai ser feito e ver como é que vamos jogar no desvio de trânsito para pôr a funcionar a obra, que é uma obra previsível, poderá durar na parte mais crítica dezasseis meses, mas há outra parte menos crítica e, nesse sentido, que alternativa é que vamos criar e como a vamos criar. -----

----- Não me posso pronunciar agora sobre essa matéria, mas quando tivermos os documentos que o permitam fazer. -----

----- A atitude do Instituto Rodoviário e Ferroviário, primeiro é, tomem lá isto e resolvam, o investimento é todo vosso, mas nós temos vários receios, puseram a tocar várias campainhas, mas não indicam nenhuma solução, mal ou bem o que fizerem a responsabilidade é vossa. Eu acho que é uma atitude não colaborante, não envolver um problema, antes pelo contrário criar um problema e isso também demonstra aquilo que é toda a questão da própria via no traçado do Município, de facto quem faz a manutenção e conservação é a Câmara e eles têm essa atitude, de



Câmara Municipal
de Oeiras

dizer, OK, se calhar ainda queriam algum dinheiro, quando, em vez disso, quando é uma desclassificação, o Município é que recebe uma verba correspondente àquilo que eram as obras que terão que fazer no futuro. -----

----- Essa história eu já conheço, porque tentaram fazer várias vezes comigo, não só em relação ao alargamento das vias, não só a entradas e saídas que não tinha, porque nalguns casos não tinha entradas e saídas e nesses casos disse-lhes que tinham que entregar, pagar e fazer a obra e fizeram, são atitudes diferentes, mas são pessoas diferentes, vale o que vale. -----

----- Só é possível fazer um protocolo desde que as pessoas estejam de acordo com o protocolo. As condições que eles puseram, apesar de achar que não são corretas, não são de quem quer resolver problemas, antes pelo contrário e quem precisa tem que aceitar, em relação ao resto vamos ver o desenvolvimento da obra, e em relação à solução de desnívelamento estou de acordo, ter um acesso direto à praia estou de acordo, em vez de ter automóveis ter as pessoas. -----

----- Em relação à solução e à extensão tenho interrogações e em relação àquilo que foi a solução de funcionamento do trânsito, vamos ver isso, porque uma via alternativa é preciso fazer, tenho umas ideias, mas na altura própria falaremos também sobre esta matéria.” -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** observou o seguinte:-----

----- “Há objetivos que são meritórios, naturalmente, querer aproximar ou facilitar o acesso das pessoas a locais privilegiados do Concelho é sempre um objetivo de mérito, de qualquer modo para atingirmos determinados objetivos existem sempre soluções alternativas e são essas soluções alternativas que, muitas vezes, temos que ter em conta.-----

----- Em relação a esta que está aqui em cima da mesa e que nos pedem para que nos pronunciemos e votemos, eu quero dizer que a CDU tem uma grande preocupação em relação a esta obra e esta preocupação é reforçada pelo parecer que todos conhecemos da Infraestruturas de Portugal, o parecer é perfeitamente demolidor, ou seja, apresenta um conjunto de riscos, de perigos, que não são menores, quer naquilo que se refere à Ribeira da Laje, à estabilidade das

areias, às águas superficiais, às águas subterrâneas, ao perigo de alagamento, às marés, à instabilidade do solo, problemas mesmo que a solução não fosse por túnel, fosse por viaduto, o problema da questão das fundações relativamente a esta questão da instabilidade dos solos.-----

-----Foi aqui também falada a questão da obstrução de vistas, não é propriamente uma questão de risco que está em causa, mas também deve ser salientada.-----

-----Este parecer demonstra bem que a proposta que está em causa não obedece a matérias de segurança ambiental, nem de segurança do território, nem segurança das populações.

-----Porque e por que é que eu digo isto e vou até à segurança das populações?-----

-----Porque nós tivemos já tantos exemplos em Portugal Continental e na Madeira de obras que se foram fazendo, supostamente numa lógica de desenvolvimento e de facilitação de muitos dos objetivos que se pretendia atender e depois vai-se fazendo vai-se fazendo e sem ter a perspetiva de face às condições em que nós estamos e a matéria das alterações climáticas, seguramente, se calhar, tem que vir aqui para cima da mesa, porque é uma realidade com a qual estamos confrontados, que gera mais vulnerabilidade no território e só por isso, depois pagamos muito caro mais à frente por não termos tido em conta os riscos que estavam, eventualmente, ligados às obras que se propuseram e acabaram por se empreender.-----

-----Eu acho que a Infraestruturas de Portugal não é nas suas conclusões coerente com aquilo que acaba por relatar durante todo o parecer, acho que a Infraestruturas de Portugal não é coerente, mas, ainda assim, considera que caso se mantenha a intenção da Câmara Municipal de Oeiras de prosseguir a obra, os estudos deverão ser substancialmente aprofundados.-----

-----A CDU não se vai vincular ao risco que consideramos que está inerente a esta proposta e vamos votar contra.” -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo referiu o seguinte: -----

-----“Uma nota final para que não fiquem dúvidas.-----

-----Eu não sou contra, a única coisa que tenho dúvidas é em relação à extensão, mas



temos tempo de ver quando for os projetos e faço-o por uma questão de coerência, como toda a gente tem. -----

----- Apresentei e não é por ter sido outro a apresentar que não era bom. -----

----- Eu estou de acordo com a análise objetiva feita aqui pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mas o Instituto Ferroviário e Rodoviário “dá uma no cravo e três na ferradura”.-----

----- Um Instituto com responsabilidade, tem que concluir com base naquilo que faz nos intermédios, diz uma coisa, mas depois é outra, eu bem disse mas, não diz que não é possível, estamos contra, levanta um conjunto de questões. -----

----- Eu acho que isto não é ser sério é quem quer apenas limpar as mãos e dizer a responsabilidade é toda vossa, eu disse aqui umas coisas, mas, pronto. -----

----- Eu acho que isso não é sério e, por isso dizer concreta claramente que eu voto em relação ao que é o protocolo que a Câmara vai fazer com o Instituto Ferroviário e Rodoviário, porque, apesar de achar que para a Câmara é um mau acordo, aliás, acho que é uma coisa miserável a proposta que eles fizeram, mas não há outra forma, ou então, eles não cedem, não há acordo, não se mexe, ponto. -----

----- Apesar de ser mau eu voto. Apesar da solução não ser a solução que eu defendi, porque é muito extensa a que estão a defender, e naturalmente parte das coisas que a Senhora Vereadora disse subscrevo e quanto maior for a extensão maior é o risco que temos, mas eu não poderei, em princípio, votar contra, verei depois o desenvolvimento do processo e do projeto em si e, por isso, nestas condições voto a favor.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Todas as questões técnicas que estão aqui em cima da mesa, serão devidamente analisadas e terão a necessária reflexão, no âmbito do procedimento de conceção e construção que será agora preparado.-----

----- Mas o Vereador Joaquim Raposo mencionou algo com o qual tenho necessariamente

que concordar, que é não há outra forma de relacionamento institucional com o IP que não este, porque, caso contrário, nada se faz no território. -----

----- Não é possível, porque, de facto, são eles que estipulam as regras e se formos sedentos de um parecer puro nas condicionantes técnicas, Senhora Vereadora Heloísa não fazemos nada no território. -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** observou o seguinte: -----

----- “Não é verdade.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

----- “É verdade, isto digo eu por experiência destes dois anos e várias parcerias que temos tido e várias negociações que temos tido nas coisas mais simples desde as ligações à CRIL, ao arruamento a Sul da linha férrea que é um arruamento, que é alternativa, quando concebermos esta obra, portanto, todas as ligações viárias que temos e que dependemos de pareceres da Infraestruturas de Portugal, “é tudo sacado a ferros” e não bastam ofícios, não bastam emails, não bastam reuniões e, portanto, esta pronúncia da Infraestruturas de Portugal foi conseguida recentemente há duas/três semanas na senda de uma reunião que houve entre a Vereação, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal e, de facto, eles fazem algumas salvaguardas técnicas, mas eu quero crer que todas elas serão devidamente ultrapassadas no procedimento de conceção/construção. -----

----- Estas questões das alterações climáticas, das fundações e tudo mais e mesmo a extensão que o Vereador Joaquim Raposo aqui preconiza, estamos a falar de um quilómetro e cem, que é a dimensão do túnel, aliás, nós tínhamos três soluções, uma solução em viaduto e duas soluções em túnel e a solução que para nós é a mais favorável e aquela que menos mexe com todas as condicionantes de solo, é aquela que passa exatamente por baixo da linha de água. -

----- Nós queremos uma intervenção minimalista e não me parece que haja aqui qualquer risco associado a esta intervenção.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O Senhor Presidente observou o seguinte: -----

----- “Se as coisas funcionassem bem e pese embora a boa vontade do Presidente da Infraestruturas de Portugal, que sempre foi uma pessoa muito simpática connosco, dá-se a circunstância que a Infraestruturas de Portugal não funciona por muito boa vontade que o Senhor Presidente tenha, por isso, não me admira que caiam pontes neste País, que as estradas sejam derrubadas, etc., porque, na realidade, não há conservação em Portugal das infraestruturas e é altura das pessoas dizerem “que o rei vai nu”, mas ninguém diz, por exemplo, a Senhora Vereadora Heloísa acha que está a funcionar muito bem. -----

----- Não é por acaso que Câmara de Oeiras procura substituir-se nestas matérias ao Estado, não há outra hipótese, caso contrário, tudo vai abaixo. -----

----- Neste caso concreto e em relação à Infraestruturas de Portugal, as ligações à CRIL - Circular Regional Interior de Lisboa já podiam estar feitas, mas a verdade é que nunca estão satisfeitos, parecer para aqui revisão pra ali, coisas que deviam ter sido feitas pela Infraestruturas de Portugal, como é o caso das ligações em Miraflores ou Algés, mas não fizeram e agora a Câmara Municipal quer fazer, mas andamos a discutir isto desde que fomos eleitos. -----

----- O projeto está pronto, mas agora foi para revisão, mas depois da revisão há sempre alterações, por isso não estamos em condições de abrir os concursos. -----

----- Relativamente ao desnivelamento da Marginal, eu acho que não está ainda definido claramente qual é a extensão, ainda está em aberto, aliás, as orientações que nós demos aos Serviços foi duzentos/trezentos metros de frente é suficiente para fazer essa ligação, mas é natural que os engenheiros discutam. -----

----- Houve uma sugestão que o túnel passava por debaixo da ribeira e saía mais à frente. Assim ia ter uma extensão de oitocentos metros ou mais, mas essa solução foi logo rejeitada, por um lado pelos custos, por outro lado, do ponto de vista ambiental, iríamos suscitar mais problemas com a Agência Portuguesa do Ambiente, na medida em que não são obras muito

vulgares e, independentemente de estarmos disponíveis para investir o que for preciso para salvaguardar o impacto ambiental, que possa suscitar, não faltaria gente que dissesse que havia um tremor de terra e rebenta a ribeira, inunda o túnel e por aí fora, porque depois a especulação é brutal.

-----Havia ali duas hipóteses, ou se fazia em viaduto ou se fazia em túnel.

-----Na realidade em viaduto o impacto ambiental/visual era muito pior, não é por acaso que na ponte cada vez se inclinam mais os especialistas para considerar que a nova ponte de Algés/Trafaria, deve ser em túnel e não em ponte, porque o impacto é muito menor e, curiosamente, até custa menos dinheiro, custa quarenta a sessenta milhões de euros a menos.

-----Neste caso, o estudo que visa o concurso para a conceção/construção é que vai determinar exatamente qual é a extensão, neste momento, não temos ainda, com rigor, qual a extensão, o que sabemos é que será entre as bombas de gasolina e a saída para o Parque Oceano.

-----Uma coisa é a passagem da gestão deste troço para realizar esta obra.

-----Quanto ao parecer da Infraestruturas de Portugal não me parece que seja demolidor, não tem nenhuma demolição, o problema da Infraestruturas de Portugal é outra questão, quando não são eles a pagar qualquer obra, exigem tudo e, portanto, a Câmara faz tudo, quando estamos mesmo interessados em fazer, porque há situações que não vale a pena.

-----Já informei anteriormente que pedimos um parecer para fazer um parque de estacionamento em São Julião da Barra, junto à academia NATO, foi dado o parecer favorável, avançámos com o projeto, adjudicámos a obra, entretanto, os militares voltam com a palavra atrás e dizem que não podemos fazer o parque de estacionamento. Nós achámos que era estranho não o fazer e tivemos uma reunião com o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas para esclarecer o que se estava a passar. Ele com a maior boa vontade disse que ia resolver o problema.

-----A verdade é que o parecer que veio retirava quarenta lugares ao estacionamento e



Câmara Municipal
de Oeiras

criava um fosso medieval para não haver o risco de alguém assaltar. -----

----- O fosso medieval e retirarmos quarenta lugares, criava ali um problema, que era o do custo do restante estacionamento, por isso não valia a pena. -----

----- Comunicamos a dizer que não se ia fazer, porque ficava no dobro do custo. -----

----- Neste caso a Infraestruturas de Portugal, como sabem que quem vai pagar é o Município, vão fazer exigências, o projeto vai ter que ser submetido a aprovação deles e eles vão dizer o que querem e a Câmara Municipal, porque realmente se trata de um interesse, porque é fundamental nós criarmos esta possibilidade de acesso do Jardim de Santo Amaro à praia, vai ser qualquer coisa única, porque na realidade nós vamos conseguir em toda a linha do Estoril, o primeiro acesso direto à praia sem ter obstáculos pelo meio. -----

----- Talvez a zona mais parecida seja a Baía de Cascais junto à a Câmara Municipal, mas, mesmo assim, ela tem a estrada, com mobilidade condicionada, mas esta vai ficar com outra franqueza. -----

----- A habitual precaução em relação às alterações climáticas, qualquer projeto hoje tem em conta a adaptação às alterações climáticas. Estamos a falar de uma obrazinha, comparada com os noruegueses, os finlandeses, os dinamarqueses e os holandeses fazem no mar, tuneis de quilómetros e quilómetros debaixo do mar, qualquer daquelas cidades ribeirinhas hoje tem túneis marginais ao oceano. -----

----- É uma obra de engenharia que tem que obedecer a regras de preservação e proteção ambiental que a lei impõe e a engenharia hoje tem capacidade de resposta para esta obra ser feita com todas as precauções.-----

----- Gostaria de lembrar também que a via Sul da via-férrea não nasce por causa desta obra, porque a via Sul já está prevista há mais de vinte anos. Andou por aí a empatar, mas cada vez mais com o Parque Oceano e as dificuldades que há de lá chegar justifica que se faça essa via.-----

-----É ouro sobre azul ela estar pronta, porque dificilmente nós poderíamos fazer este desnivelamento na Marginal, se não tivéssemos uma alternativa para o tráfego a Sul da via-férrea, portanto, há que conjugar as duas obras. -----

-----Não tenho qualquer dúvida que em relação à segurança ambiental todos os requisitos irão ser salvaguardados.-----

-----Quanto ao projeto definitivo temos oportunidade, uma vez aberto o concurso, e estamos a falar de um concurso que é uma espécie de concurso de pré-qualificação, porque na realidade é um estudo prévio e é em função disso que a Câmara Municipal vai decidir a adjudicação.-----

-----Isso pode implicar negociações com o empreiteiro. -----

-----Depois de decorridos quase dois anos de negociação, chegarmos a este ponto, já é uma transação feita entre a Câmara Municipal e Infraestruturas de Portugal, quer dizer, em que esta na impossibilidade de nos transferir a Marginal, encontrou esta solução deste pequeno troço para fazer a obra.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a minuta de acordo de gestão para a obra de conceção e construção de um desnivelamento na Estrada Nacional Seis (Avenida Marginal) junto à Praia de Santo Amaro, a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, Sociedade Anónima. -----

-----Nos termos da alínea c), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e artigos primeiro, número três e décimo terceiro, número um, alínea b), do Decreto-Lei número noventa e um, de dois mil e quinze, de vinte e nove de maio e dos artigos sétimo, número um, alínea b),



décimo segundo e décimo terceiro, dos “Estatutos da Infraestruturas de Portugal, Sociedade Anónima”. -----

3 - PROPOSTA N° 117/20 - SIMAS - CP 19063/2019 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS, NAS PRACETAS DE DAMÃO E GOA, FREGUESIA DA VENTEIRA, CONCELHO DA AMADORA - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de treze de fevereiro de dois mil e vinte, na qual aprovou a suspensão do ato de consignação, no âmbito da empreitada de Remodelação de redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, nas Pracetas de Damão e Goa, Freguesia da Venteira, Concelho da Amadora, até estarem reunidas todas as condições para o início da mesma. -----

----- Nos termos dos Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

4 - PROPOSTA N° 119/20 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESTINADOS À SUBSTITUIÇÃO DE 72000 CONTADORES DN15, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO:

-----I - **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Eu vou ter de ver o histórico deste processo, porque o que está associado a esta proposta de adjudicação tem a ver com alguns processos para trás, nomeadamente a proposta trezentos e noventa e dois, de dois mil e dezoito, em que tinha um concurso para nove mil contadores e depois de ter vindo à Câmara, tal como está espelhado naquilo que foi a minha intervenção e também a posição do Senhor Presidente, na altura, depois da minha intervenção, ter dito que também tinha muitas interrogações sobre a matéria e sobre alguns procedimentos e que ia colocar na próxima reunião do Conselho de Administração a anulação ou a suspensão deste procedimento, depois vem à Câmara já com esse efeito mais tarde e suspende-se esse processo. -- -----

-----Há aqui um histórico que diz claramente o que estava em causa, ou seja, inicialmente iam lançar um concurso para sessenta mil, entretanto já foram setenta e dois mil. -----

-----Há depois um processo em relação a um conjunto de regras, que eu tenho interrogações muito concretas, não só sobre o volume de negócios exigido em relação àquilo que era a diminuição do concurso para os nove mil contadores, uma das razões foi o que se invocou para anulação do procedimento, porque havia dúvidas, não só em relação aos valores, falava-se na altura em três milhões e meio, só um dos concorrentes tinha três milhões e meio de volume de negócios e não era só água porque juntava com gás. -----

-----A empresa que estava em segundo lugar, a “Construbuild” tinha qualquer coisa como dois milhões e setecentos e foi para três milhões, o necessário para ser aceite no concurso, ou seja, das nove entidades havia apenas uma.-----

-----Apesar do concurso ser global no valor de trezentos e quarenta e nove mil euros, era partido em dois, duzentos e trinta e dois mil euros para os contadores e cento e dezassete mil



euros para a colocação. -----

----- Nesta altura foi feita uma forma de cálculo em que se argumentou a questão de garantia, etc., e aquilo apontava referências para o valor mínimo e já não podia descer, ou seja, o concurso foi lançado por trinta e oito ponto sete para nove mil contadores, com contador e colocação, o concurso foi abaixo e faz-se um novo concurso em dezanove de março de dois mil e dezanove, para oito mil contadores, isto altera não só o volume de negócios como o número de contadores instalados. -----

----- Eu estive a ver os termos comparativos em relação a um conjunto de itens, este concurso inicialmente era de oito mil contadores, procedimento e eventual colocação. -----

----- Eu permito-me interrogar o que chamam “eventual instalação”, se é o eventual suporte para pôr o contador, se é a válvula, mas eventual, ou há ou não há, porque esta questão é, se tiver bom não substituimos, se estiver mal substituimos. -----

----- O concurso para os setenta e dois mil contadores diz instalação com substituição, já não diz eventual, essa designação quer dizer que lhes permite que em vez de ser o valor que foi feito em relação aos oito mil contadores, porque o resto é igual e deu trinta e oito euros e vinte e cinco céntimos. Para este concurso dos setenta e dois mil contadores e já não é assim, como todos sabemos. Já estamos a falar de qualquer coisa como quarenta e um euros e oitenta e seis céntimos. -----

----- Há questões que me interrogo e não quero ficar com más impressões em relação às pessoas, gostaria de poder analisar um conjunto de questões para chegar a um conjunto de conclusões. -----

----- Primeiro quero que me digam: Os contadores propostos em relação a esta proposta, de setenta e dois mil contadores são iguais ou foram propostos em relação à proposta para os cinco mil e para os nove mil. Se não quais são as diferenças. Mesmo em relação àquilo que tem a ver com a teleleitura estes contadores não estão ainda prontos, tem que se fazer uma intervenção

do ponto de vista, como disseram várias vezes, está escrito, não fui eu que inventei, em relação à colocação de um “chip” na cabeça do contador, além de outras coisas. -----

----- Eu coloquei várias vezes estas questões e a desculpa para subir o preço, apenas tem a ver com eventual e não eventual substituição. -----

----- É evidente que a eventual substituição das peças que não estiverem em condições até ao contador, porque depois do contador é da responsabilidade do cliente, como todos sabemos na altura da discussão de trabalhos extras foi clarificado e foi estabelecido, porque não havia preço nem havia essa tabela e passou a ficar transparente e claro. -----

----- Esta questão dos três milhões de euros e os três milhões e quinhentos mil euros, qual é o critério, onde é que isto está previsto na lei? -----

----- Eu irei pedir para passar para a próxima reunião, porque há um conjunto de questões que eu irei elencar porque não gosto de ficar com dúvidas e interrogações, mas também não gosto de ser “comido por tolo”. -----

----- Todo o processo para se definir os três milhões e meio teve um objetivo, ainda por cima não é um concurso internacional, se fosse internacional estávamos muito mais à vontade, mas tivemos a prorrogaativa de não fazer internacional, porque a lei também prevê, mas porque é que se definiu os três milhões e a seguir até deveriam ser os seis milhões? -----

----- Estão recordados dos três milhões e meio que foram quatro empresas, das quatro empresas, uma delas não apresentou nada, a outra recusou-se a apresentar também tendo em conta os valores, houve duas que apresentaram, à contestação de uma delas que diz não saber porque é que é feita a exigência dos três milhões e meio, porque eles tinham dois milhões e setecentos e isso não chegava, era curto, portanto, só ficou um concorrente. -----

----- Quando a proposta vem para a adjudicação, já havia uma leitura, já sabiam qual era o preço, mas qual era o preço? -----

----- Há uma coisa que eu na vida me convenci, da economia de escala fiscal, mas afinal



Câmara Municipal
de Oeiras

estava errado, pensava que comprando mais quantidade seria mais barato, afinal é um erro, em vez de estarmos a fazer um concurso com setenta e dois mil contadores tínhamos de passar a fazer para dois mil que era mais barato. -----

----- Ora, quando tenho aqui oito mil contadores com colocação, com o preço já adjudicado no valor de trinta e oito euros e vinte e cinco cêntimos e depois tenho outro de setenta e dois mil contadores no valor de quarenta e um euros e oitenta e seis cêntimos, afinal a economia de escala morreu pela base. Na proposta dos trinta e oito euros e vinte e cinco cêntimos tenho a certeza quase absoluta que a empresa não vai perder dinheiro. -----

----- Quando foi feita a outra dos nove mil contadores, o preço que tinham posto como referência com tudo, inclusivamente mão-de-obra e questões extra, ficava por trinta e seis euros.

----- Não entendo como se define o número, os valores e com base em que legislação é feita. -----

----- Ando nesta situação dos contadores há dois anos e sempre coloquei a questão ao Senhor Presidente, havendo um plano estratégico não percebia porque é que não era feito um concurso mais volumoso, depois percebi que seria melhor fazer internamente algumas coisas, depois fazer uns já de maneira diferente e depois há estas questões. -----

----- Eu preciso de saber como encontro do ponto de vista legal um conjunto de exigências em relação aos três milhões de euros, em relação ao volume de substituição de contadores, independentemente de serem a água ou gás.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Vereador Joaquim Raposo pediu o adiamento da proposta, foram colocadas uma série de questões e os Serviços presentes tomaram nota com certeza, portanto, deverão preparar uma informação para a próxima reunião. -----

----- Esta proposta está numa fase terminal, porque o que vem aqui é a adjudicação e eu gostaria de acrescentar o seguinte. -----

-----Este processo desde o início não foi pacífico, por isso, não me surpreende a intervenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, porque a Senhora Vereadora Joana Baptista já me tinha referido esse aspeto e estas preocupações que aqui foram apresentadas.-----

-----Em primeiro lugar nós temos uma preocupação a nível da administração e da própria Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de procurarmos criar condições para que haja uma substancial redução de perdas e um dos aspetos que pode contribuir para essa situação é justamente a substituição de contadores.-----

-----De maneira que, este objetivo político de racionalidade do funcionamento dos SIMAS no sentido da diminuição de perdas, obviamente que tem um intuito de natureza económico-financeira, mais eficiência, mais eficácia, mas também tem contornos políticos, porque tem a ver com a qualidade da gestão e colocarmos os Serviços Municipalizados ao nível de perdas que seja dos melhores a nível nacional, como já foi, é um objetivo que não podemos descorar.-----

-----Isso faz com que a frequência ao nível da administração venham propostas desta natureza e em princípio parte-se de uma lógica de que as coisas estão bem e devidamente ponderadas.-----

-----Na realidade este processo não correu bem no início, eu recordo-me que, na altura, e até por proposta minha que poderia haver aqui uma violação de regras da concorrência, porque estavam a ser estabelecidos alguns parâmetros muito restritivos, no que diz respeito à experiência das empresas concorrentes e realmente o primeiro número que era apresentado afastava completamente a generalidade dos concorrentes nacionais deste concurso.-----

-----A situação foi corrigida, foi alterada e julgo que o resultado acabou por ser o mesmo, recordo-me da discussão da história dos contadores inteligentes de pôr o “chip” ou não, etc.. -----

-----Certo é que todo este processo foi andando até este momento e realmente julgo que não pode haver dúvidas nesta matéria, pese embora o facto de todos nós estarmos interessados



em que se inicie rapidamente a substituição dos contadores, mas não pode haver dúvidas sobre o andamento deste processo, de maneira que, eu acho que era importante, principalmente em relação ao preço, eu não sei se é reversível ou não. -----

----- Admito que não seja reversível, porque está na fase em que está e é complicado, de todo o modo, acho que é fundamental esclarecer todas as dúvidas que aqui foram apresentadas, portanto, preparem um memorando com todas estas dúvidas que o Senhor Vereador Joaquim Raposo colocou e esta proposta fica adiada até à próxima reunião, dia quatro de março, para podermos tomar a deliberação, porque voltar atrás só por razões muito ponderosas é que isso poderia acontecer, julgo que os Serviços estarão em condições de esclarecer." -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

5 - PROPOSTA Nº. 120/20 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA UTILIZAÇÃO DE LICENÇAS “MICROSOFT”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de treze de fevereiro de dois mil e vinte, na qual aprovou a abertura de procedimento por concurso público para o fornecimento de licenças para utilização de produtos “Microsoft”, pelo preço base de quatrocentos e setenta e sete mil euros, acrescidos de IVA, para um prazo de execução de três anos, a realizar no período entre abril de dois mil e vinte e março de dois mil e vinte e três.-----

----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e alterações subsequentes. -----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

-----Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove). -----

6 - PROPOSTA Nº. 121/20 - SIMAS - ABATE/ALIENAÇÃO DE BENS EM HASTA PÚBLICA: --

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de treze de fevereiro de dois mil e vinte, na qual aprovou o abate/alienação dos bens constantes na listagem junto ao processo. -----

-----Nos termos da alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência das competências do Estado para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais e aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico.-----

-----Artigo ducentésimo sexagésimo sexto-A, número três, alínea e), do Código dos Contratos Públicos. -----

7 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Às dezanove horas e quarenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)

